

OBSERVATÓRIO DA OPOSIÇÃO

17 - 23 de abril de 2023

Relatório Semanal - nº 01
Liderança da Oposição

 (61) 3303 1221

 Senado Federal, Anexo II,
Ala Filinto Muller, Gab. 6



Síntese

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações do Governo Federal na última semana.

Seu objetivo é monitorar as ações do Poder Executivo e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

Prioridades da Semana

01.

Economia

02.

Segurança Pública

03.

Agro e Meio Ambiente

04.

Relações Internacionais

05.

Assuntos sociais e trabalhistas

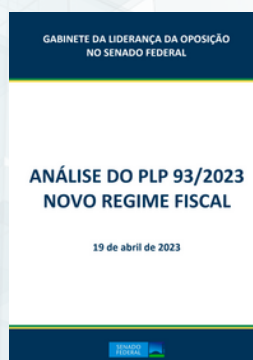
W
O
I
D
N

1.1. Arcabouço Fiscal

Principais pontos negativos da proposta:

- A proposta retira a responsabilização pelo não cumprimento das metas de resultado primário do Presidente da República. Prefeitos e Governadores continuam sujeitos à responsabilização estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- A regra coloca um piso mínimo de aumento da despesa em 0,6% acima da inflação até 2027, resultando em um aumento contínuo da despesa, independentemente da situação do país e do cumprimento das metas fiscais. Com isso, afasta-se a possibilidade de redução de despesas até 2028.
- A proposta pressupõe um forte aumento de receitas - cerca de 150 bilhões de acordo com a equipe econômica atual. Esses valores dependem tanto de uma ampla reforma tributária sobre renda e consumo quanto de uma ampliação da base arrecadatória. Mesmo que esse cenário se realize, especialistas projetam um aumento considerável da dívida pública.

Para acessar Nota Técnica completa, clique na imagem ou copie o endereço ao lado:



<https://drive.google.com/file/d/18srWlwU5zN3WkXZrAgKRX1n5S7lyW5LA/view>

1.2. Aumento de arrecadação necessárias para o arcabouço são de difícil concretização e danosas para a atividade econômica

- Tributação de Fundos Exclusivos por meio de “come-cotas” - Estimativa de mais de 10 bilhões de reais. O governo argumenta que o valor pode ser ainda maior, mas ainda não há estimativas públicas da equipe econômica.
- Recomposição de gasto tributário referente ao impacto da isenção do ICMS sobre a base de arrecadação do IRPJ e da CSLL. A LDO 2024 estima essa fonte em 49,4 bilhões de reais[1].
- Redução de deduções no Imposto de Renda. A proposta ainda não foi detalhada pela equipe econômica, mas a LDO 2024 indica que as deduções somam cerca de 31,3 bilhões de reais.
- “Litígio Zero”, um programa similar ao REFIS. A estimativa é arrecadar entre 35 e 50 bilhões de reais.
- Tributação de apostas eletrônicas. Estimativa é de arrecadação de 15 bilhões de reais.
- Arrecadação por meio da tributação de remessas com valores abaixo de 50 dólares vindas do exterior. Estimativa de 8 bilhões de reais de arrecadação.

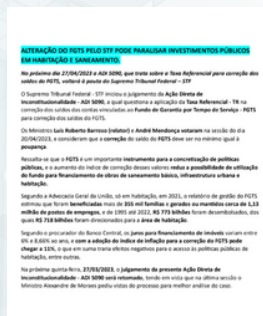
[1] Esclarece-se que há pouco espaço para essa reversão no curto prazo, dado que a União perdeu os julgamentos mais recentes referentes a essa tese. Em caso de uma reforma tributária ser aprovada, é possível que essa recomposição se dê no longo prazo.

1.3. Alteração do FGTS pelo STF pode paralisar investimentos públicos em habitação e saneamento

STF julga ação do Solidariedade para que o rendimento do FGTS seja ao menos igual ao da poupança

- Dois ministros (Roberto Barroso e André Mendonça) já votaram favoravelmente. O julgamento será retomado no dia 27/04;
- Caso essa tese vença, os efeitos não seriam retroativos e poderiam reduzir os recursos disponíveis no FGTS na casa de bilhões. Isso poderia afetar programas de habitação como o Minha Casa, Minha Vida;
- Por outro lado, a mudança beneficia trabalhadores, que passam a contar com maior poupança pessoal;
- Afastou-se a possibilidade de correção pela inflação, dado a vedação Constitucional a esse tipo de indexação.

Para acessar conteúdo completo, clique na imagem ou copie o endereço ao lado:



https://drive.google.com/file/d/19d13DBW7f3whGp8czAN/view?usp=share_link

1.4. O governo anunciou pacote com 13 medidas para aprimorar as parcerias público privadas e o mercado de crédito no país.

Quatro delas não precisam de aprovação do congresso e três já tramitam nas casas



Medidas sem a participação do Congresso

- Alterações de normativos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) Garantia da União às PPPs estaduais, distritais e municipais.
- Decreto que autoriza a emissão de debêntures incentivadas para projetos em áreas sociais.
- Portaria da Receita Federal do Brasil (RFB) que simplifica o compartilhamento de dados fiscais.
- Decreto que altera o mínimo existencial de 303 reais (25% do Salário Mínimo) para 600 reais.

Medidas em tramitação no Congresso

- PLC 29/2017, que aperfeiçoa as regras de seguro privado. Em tramitação no Senado.
- PL 4188/2021 - Marco das garantias, que aperfeiçoa o sistema de garantias no país. Em tramitação no Senado.
- PLC 281/2019 - regime de resolução bancária. Em tramitação na Câmara.



Além disso, o governo prometeu enviar projetos para

- PL que permite que recursos previdenciários e de títulos de capitalização sejam usados como garantias.
- PL que simplifique a emissão de debêntures.
- PLC que simplifique a entrada de bancos no país e verse sobre o real digital.
- PL que aprimore os mecanismos de proteção aos acionistas minoritários.
- PL que aprimore a infraestrutura do mercado financeiro.
- PLC que amplie a atuação das cooperativas de seguros.

2.1. A antiga relação do Gen. G. Dias/ GSI com Lula e os atos de 8 de janeiro

Governo federal e a base no Congresso buscam reverter o “tsunami político” causado pelo vazamento das imagens do dia 8 de janeiro. A omissão das autoridades envolvidas será apurada na CPMI que deve ser instalada na quarta-feira. Pelo menos duas décadas de amizade entre o General da reserva e o ex-ministro que se omitiu durante a invasão no Planalto com o atual mandatário do executivo federal.

Após o presidente do Senado adiar a sessão do Congresso Nacional para a próxima quarta-feira (26/04), a oposição conseguiu um “caminhão tanque” no dia seguinte a essa decisão do Pacheco. Um vídeo que estava sob sigilo a pedido do presidente Lula, desde 07 de fevereiro deste ano, foi divulgado pela CNN Brasil, colocando o até então ministro do Gabinete de Segurança Institucional na cena da invasão do Palácio do Planalto, ocorrida em 8 de janeiro.

No mesmo dia, os esforços da oposição concentraram-se em pedir a prisão preventiva do agora ex-ministro do GSI. A conduta do ex-ministro durante a invasão não condiz com as atribuições inerentes ao cargo que ele ocupou. O general da reserva Gonçalves Dias, conhecido como “o sombra do Lula”, havia sido convidado para participar de uma audiência na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados nesse mesmo dia em que as imagens foram divulgadas pela CNN. O General encaminhou, via assessoria um atestado à CSPCCO antes do horário acordado da audiência. O documento apresentou inconsistências e a mesa daquela comissão informou que pedirá esclarecimentos à Coordenação de Saúde da Presidência da República (COSAU).

Por conta da pressão dos últimos dias após a divulgação das imagens, o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha (deputado federal licenciado), informa que o governo federal passou a apoiar a instalação da CPMI do 8 de janeiro. Segundo o discurso do Padilha realizado na quinta-feira (20/04), o governo federal conseguirá controlar eventuais danos causados pelas investigações da CPMI. Da mesma forma, Pacheco garante ao Governo a presidência e a relatoria desta CPMI aos governistas.

Dentre os pleitos mais importantes dos parlamentares da oposição nos últimos dias, destacamos o pedido de prisão e quebra dos sigilos telefônico e telemático do ex-ministro do GSI, bem como sua prisão preventiva (assinado por 34 deputados da oposição). Baseado nas imagens e na conduta do ex-chefe do GSI, os parlamentares também devem protocolar um novo pedido de impeachment contra o presidente Lula, alegando prevaricação por parte dos agentes.

A conduta do general G. Dias durante os atos do dia 8 de janeiro demonstra que o mesmo não esboçou em qualquer momento resistência aos invasores que se encontravam perambulando dentro do Palácio do Planalto. É muito difícil acreditar que o presidente Lula não soubesse exatamente o que estava acontecendo dentro do Palácio do Planalto naquela tarde do dia 8 de janeiro.

Diante do exposto, é contraditório pensar que um militar de alta patente (ainda que na reserva) e detentor de cursos operacionais da mais alta complexidade do exército brasileiro, aparentemente não agiu de acordo com a função que ocupava de ministro de estado, buscando proteger a integridade física e moral do estado democrático de direito. É imperativo identificar quais agentes do estado teriam interesse nessa inércia do aparato de segurança do estado observada no dia 8 de janeiro.

3.1. A complacência do governo Lula com a ilegalidade e o aumento das invasões do MST

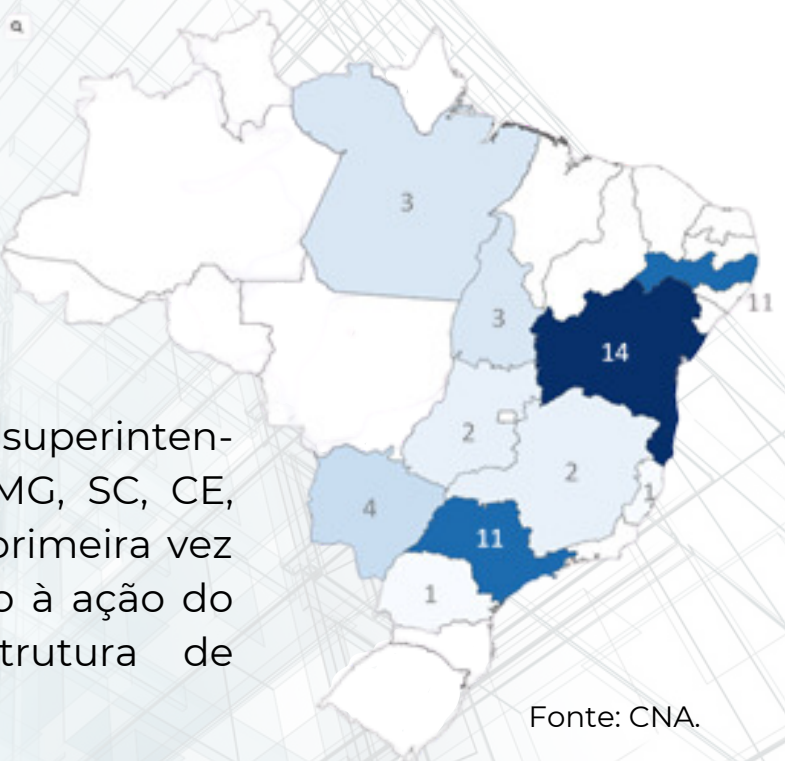
Tendência de continuidade das invasões em terras privadas e redução em propriedades públicas

O destaque da semana foi a invasão em propriedade da Embrapa Semiárido, em Petrolina (PE). No total, foram 8 fazendas em Pernambuco desde o dia 15 de abril.

Também foram invadidas 6 superintendências regionais do Inbra: MG, SC, CE, MS, RN e DF. Contudo, pela primeira vez foi publicada nota de repúdio à ação do movimento dentro da estrutura de comunicação do Governo.

Na noite de 17 de abril, o Ministério da Agricultura tornou pública a “Nota de Esclarecimento – Invasão do MST à área da Embrapa Semiárido”.

Um ponto importante foi a utilização do termo “invasão” em vez de “ocupação”, recorrentemente utilizado pelos integrantes tanto do movimento, quanto do Governo. Isto demonstra reconhecimento por parte do Governo da ilegalidade da ação do Movimento. De acordo com a Lei 8.629/1993 (reforma agrária), área invadida ou esbulhada fica impedida por 2 anos de participar da Reforma Agrária.



Fonte: CNA.

Paralelamente, o ministro do desenvolvimento agrário, Paulo Teixeira, se reuniu com as lideranças do movimento e pronunciou a “desocupação” das áreas públicas para garantir a continuidade do diálogo entre o movimento e o governo. Segundo apuração da Folha, o governo cedeu à pressão do MST e trocou ao todo superintendentes do Incra de 19 estados, além do Distrito Federal. Permaneceram sem mudanças apenas as chefias de Minas Gerais, Amazonas, Alagoas, Tocantins, Rondônia, Roraima e Amapá.

Segundo monitoramento da CNA, já totalizam 56 invasões em propriedades rurais neste ano, em 10 diferentes estados no país.

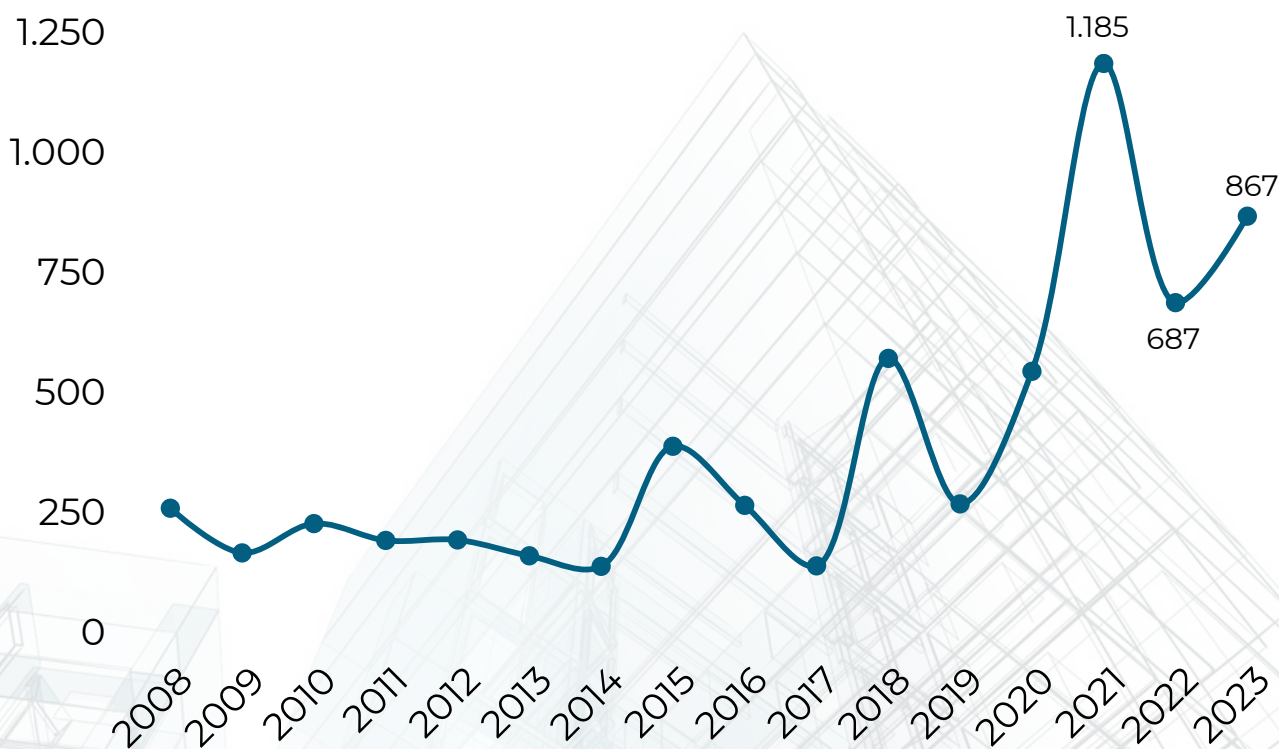
A tendência para as próximas semanas é que continuem fortes as invasões em terras privadas e se amenizem as invasões em terras e órgãos públicos, tendo em vista que houve pedido do próprio governo para isto. O movimento já desocupou área da Embrapa, por exemplo.

3.2. Com Marina Silva à frente do MMA, desmatamento cresce na Amazônia

Assentamentos, posseiros e proprietários de imóveis rurais refletem a preocupação com uma eventual política ambiental radical, a ser adotada pela ministra Marina Silva

Segundo relatório do Imazon, desmatamento observado no mês de março é praticamente 3 vezes maior que do mesmo período de 2022. Já no acumulado dos 3 primeiros meses do ano, apesar de observado maior desmatamento que do ano anterior, o ano de 2021 bateu recorde:

Desmatamento na Amazônia de janeiro a março (km²)



Fonte: Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Imazon.

De acordo com o relatório, 76% do desmatamento encontra-se em áreas privadas ou estágios de posse, 19% em assentamentos, 4% em unidades de conservação e 1% em terras indígenas.

Inicialmente, o relatório não separa desmatamento legal de ilegal. Logo, não dá para apontar se houve crime ambiental em todo o território desmatado.

Outra justificativa para o resultado é a aversão dos proprietários de terras a uma eventual “política de desmatamento zero”, amplamente defendido pela atual ministra, sem separar o desmatamento legal do ilegal. Por lei, proprietários já devem preservar 80% de suas áreas neste bioma. Dos 20% permitidos para exploração econômica, muitos aguardam a posse do imóvel ou liberação da licença ambiental para o manejo florestal ou uso alternativo do solo. Estes podem ter suprimido parte da vegetação nativa para buscar defender a consolidação de suas áreas, mesmo que possa ocasionar embargos e multas ambientais.

3.3. Retomada do julgamento de demarcação de terras indígenas pelo STF em 07 de junho podem derrubar a produção rural

O anúncio veio em resposta ao pedido da ministra dos povos indígenas, Sonia Guajajara, e preocupa setor produtivo

A presidente do STF, ministra Rosa Weber, agendou para 7 de junho o retorno do julgamento do RE 1017365 que trata do marco temporal até promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988, como referência para a demarcação de terras indígenas.

O julgamento já havia sido adiado três vezes. A última vez foi em junho de 2022, a partir de acordo entre o então presidente, Jair Bolsonaro, e o então presidente da Corte, ministro Luiz Fux.

Pela atual conjuntura política do país, especialmente relacionada à comunidade indígena, a retomada do julgamento é preocupante. Se indeferido, trará insegurança jurídica, com aumento das invasões de terras e de pedidos de reintegração de posse. Além disso, haverá grandes impactos socioeconômicos.

O relatório do Observatório Jurídico do Agro (OJA) estima perdas de 1,5 milhão de postos de trabalho, R\$ 364,6 bilhões em produtos agrícolas, US\$ 42,7 bilhões em exportações e aumento significativo do preço dos alimentos caso 607 novas terras reivindicadas não sigam o marco temporal de 1988.

As entidades do Agro avaliam que a ocupação indígena no marco temporal de 5 de outubro de 1988 é o referencial insubstituível para o reconhecimento de uma área como terra indígena. Atualmente o setor trabalha para a aprovação de requerimento de urgência ao PL 490, de 2007. A matéria está pronta para a pauta no Plenário da Câmara dos Deputados.

3.4. Ataques de Lula aos Estados Unidos e União Europeia, e declarações pró Rússia podem gerar retaliações e embargos à pauta do Agro

Ataques desnecessários aos países do ocidente em declarações do presidente Lula podem surtir efeito negativos impactantes aos exportadores,

Após uma série de declarações em favor da Rússia e críticas do presidente da república à postura dos Estados Unidos e União Europeia, os países rebateram duramente nosso governo.

Pela característica dos produtos do Agro na pauta de exportação brasileira, nós ficaríamos suscetíveis a retaliações através de inspeções sanitárias e fitossanitárias mais severas pelos países aliados à Ucrânia.

O presidente já amenizou em parte seu discurso, contudo espera-se no curto prazo embargos a alguns de nossos produtos, como carnes, peixes, frutas e café. Ainda não há expectativa para sanções comerciais mais severas, a não ser que o governo não recue.

3.5. Parlamento europeu aprova lei de desmatamento zero e Brasil pode ser classificado como alto risco equivocadamente

Itamaraty e Ministério da Agricultura não podem se omitir para que os produtos brasileiros não sejam penalizados

O parlamento europeu aprovou no dia 19 de abril lei que obriga empresas a comprovarem que produtos exportados não foram

originados de áreas desmatadas até o dia 31 de dezembro de 2020. A legislação se aplica inicialmente à borracha, ao carvão, cacau, café, carne bovina, madeira, óleo de palma, papéis, soja e alguns produtos derivados dessas cadeias como couro, chocolate e móveis.

Segundo o parlamentar europeu relator da proposta, Christophe Hansen, o Brasil provavelmente será classificado como país de alto risco nas novas regras.

A medida é unilateral e não está prevista no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, sigla em inglês). As consequências para o setor estão no aumento dos custos de transação e no grau de complexidade que eventual certificação poderá exigir, o que criará barreiras de mercado ao produto brasileiro. Os setores impactados estudam a possibilidade de abrir painel de solução de controvérsias na OMC.

4.1. Gafes cometidas por Lula em sua viagem a Portugal

Repercussões do discurso do presidente Lula em sua viagem a Portugal

Ao lado do primeiro-ministro de Portugal, o presidente cometeu uma série de deslizes, recorrendo a estereótipos para descrever as relações entre o país europeu e o Brasil. Começou dizendo que nenhum brasileiro conseguiria comer pão se não fosse os portugueses padeiros. Depois, recorreu à miscigenação, falando dos africanos que foram levados para o Brasil por Portugal como escravos.

Lula confunde autodeterminação dos povos desrespeito aos direitos humanos e as liberdades básicas.

“Lula respondeu ao jornalista português com a seguinte frase: ‘ Todos os países do mundo têm problemas. Nós precisamos aprender a respeitar a autodeterminação dos povos. A China encontrou um jeito de resolver os seus problemas’.”

4.2. O desalinhamento do presidente Lula com a União Europeia

O Alinhamento do atual presidente com a Rússia vira novo entrave para acordo da EU e o Mercosul

Aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deram início a uma operação nos bastidores para tentar mitigar os desgastes do governo junto à União Europeia (UE) por conta de seu alinhamento com a Rússia. A avaliação interna é de que as declarações do petista durante sua passagem pela China podem travar ainda mais as negociações para fechar o acordo do Mercosul com o bloco europeu.

O governo de Lula votou na Assembleia da ONU a favor da retirada das tropas russas da Ucrânia, mas se absteve em ao menos duas tentativas de aliados da Rússia para derrubar a resolução – a maior parte das nações votou contra essas tentativas. Além disso, a maioria das outras falas de Lula sobre o assunto relativizam a agressão russa e tentam culpar a Ucrânia pela invasão do seu próprio território.

A viagem de Lula a Portugal e Espanha ocorre em meio as reações de lideranças portuguesas contra o petista. Integrantes do Parlamento de Portugal já organizam para protestar contra a visita de Lula ao país. Para o deputado Rui Rocha, líder da IL (Iniciativa Liberal) o país não deveria receber um aliado da Rússia na guerra.

A Associação dos Ucrânicos em Portugal também avalia integrar as manifestações contra as falas sobre a guerra. O presidente da Associação dos Ucrânicos em Portugal, Pavlo Sadokha, disse à agência de notícias Lusa que está redigindo uma carta que deve ser entregue a Lula durante a visita.

Uma das estratégias de Lula é tentar usar sua passagem pela Europa para tentar destravar o acordo comercial entre o Mercosul e a UE. O tratado chegou a ser aprovado no início do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), mas ainda não foi confirmado no Parlamento europeu.

4.3. Governo Lula dificulta a indústria do turismo no Brasil

O Brasil passa a exigir visto de turistas dos Estados Unidos, do Canadá, do Japão e da Austrália voltarão a precisar de visto para entrar no Brasil a partir de 1º de outubro.

A medida acaba com a isenção unilateral do visto para esses viajantes, válida desde 2019.

O antigo governo entendia que a isenção era importante para aumentar o número de visitantes estrangeiros, mas conforme avaliação do atual governo, a isenção não teve efeito significativo. No início da isenção, em 2019, houve um aumento de 12% de norte-americanos.

Essa decisão pode influir no menor interesse dos países em virem ao Brasil, o problema não pode ser visto só de ordem econômica, mas também de natureza política haja vista que o governo foi a favor e o Ministério das Relações Exteriores foi contra.

Em entrevista ao presidente da Fecomércio do Rio de Janeiro, “Revogar uma medida que sequer foi efetivamente experimentada constitui-se em um contrassenso e um retrocesso. Isso prejudica a nossa economia. Vemos a medida com apreensão. Além dos dois anos em profundo refluxo do turismo em nível mundial, o Brasil não investiu na divulgação deste benefício aos cidadãos e operadores de viagens dos países em questão. Além disso, não empreendeu investimentos na promoção dos nossos atrativos nos principais mercados emissores de turistas do mundo”.

Segundo ele, a decisão impacta o setor de turismo nacional exatamente no momento em que o trade turístico retoma as atividades no receptivo internacional. “Certamente, vai atrapalhar a expansão do fluxo aéreo destes mercados para o Brasil.

Os quatro países afetados pela medida respondiam, até a pandemia, por mais de 800 mil visitantes anuais. Temos atuado para que o Itamaraty reveja essa posição”, disse o presidente da Fecomércio RJ.

Para o Rio de Janeiro, a medida traz um prejuízo em especial: cerca de 34% dos turistas estrangeiros visitam a capital. “Entre o simbolismo de uma suposta soberania nacional ou o entendimento das questões de um setor produtivo que representa cerca de 10% dos empregos gerados no país, o Itamaraty infelizmente optou pelo caminho de uma decisão equivocada, distante da economia real do Brasil, e que terá como efeito prático prejudicar a população brasileira e os estados cuja economia está diretamente atrelada ao turismo”, completou.

5.1. STF pode gerar retrocesso nos avanços da reforma trabalhista

STF decidirá sobre a obrigatoriedade do pagamento da contribuição assistencial com direito à oposição dos trabalhadores.

A contribuição assistencial, diferente da contribuição sindical, é válida para todos os colaboradores, filiados ao sindicato ou não, devendo ser estabelecida em acordo ou convenção coletiva de trabalho.

O objetivo é a arrecadação de receitas para os custos e despesas do sindicato da categoria. Porém, apesar de ser uma taxa legal, passou a não ser mais obrigatória pós-reforma trabalhista, conforme dispõe o artigo 545 da CLT, vejamos:

Art. 545 – Os empregadores ficam obrigados a descontar da folha de pagamento dos seus empregados, desde que por eles devidamente autorizados, as contribuições devidas ao sindicato, quando por este notificados.

Atualmente, no Supremo Tribunal Federal encontra-se em pauta para julgamento embargos de declaração (ARE 101.845-9; Tema 935) referente a obrigatoriedade da contribuição assistencial aos sindicatos. Até o momento, há três votos no sentido de que a contribuição estabelecida em acordo ou convenção coletiva é devida, com exceção de quem apresentar oposição.

Ocorre que há dificuldade no exercício do direito à oposição por parte dos trabalhadores, devido aos **empecilhos criados pelos sindicatos**, isto porque mesmo através de acordo coletivo, o trabalhador está exposto a **situações vexatórias** como exposição em assembleias sindicais.

Na última sexta-feira, 21/04/2023, o ministro Alexandre de Moraes pediu vistas para analisar o caso, com a decisão não há prazo definido para o tema voltar a ser discutido pelos ministros.

CONTATO

Liderança da Oposição

Senado Federal, Anexo II, Ala Filinto Muller, Gab. 6

(61) 3303 1221